

Recebimento: 14/09/2020

Aceite: 17/10/2020

## **A TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES SOBRE A COVID-19 NOS MUNICÍPIOS CATARINENSES E SUA RELAÇÃO COM VARIÁVEIS SOCIOECONÔMICAS, POLÍTICAS E EPIDEMIOLÓGICAS**

## **TRANSPARENCY OF COVID-19 INFORMATION IN SANTA CATARINA MUNICIPALITIES AND ITS RELATIONSHIP WITH SOCIOECONOMIC, POLITICAL AND EPIDEMIOLOGICAL VARIABLES**

Ari Söthe<sup>1</sup>

Monize Sâmara Visentini<sup>2</sup>

Darlan Nei Writzl<sup>3</sup>

### **Resumo**

Este estudo objetivou verificar a relação das variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o Índice de Transparência das Informações – Covid (ITI-Covid) dos municípios do estado de Santa Catarina (SC). Para tanto, procedeu-se a um estudo quantitativo junto a uma amostra probabilística de 170 municípios. Os resultados, obtidos a partir da aplicação da correlação de Spearman entre o ITI-Covid e as dez variáveis das três áreas pesquisadas, indicaram associações significativas e predominantes do Índice com as variáveis socioeconômicas. Além disso, foram significativas as relações do ITI-Covid com a variável política de participação eleitoral e a variável epidemiológica número de novos casos da Covid-19. Conclusivamente, percebeu-se uma prevalência de as gestões públicas mais desenvolvidas propiciarem maior detalhamento das suas ações e investimentos quanto à Covid-19, possibilitando meios eficazes para o exercício do controle social. Além disso, também se pode verificar que há um maior interesse da população na busca de informações e na prestação de contas por parte dos gestores públicos conforme aumenta o número de casos da doença no respectivo município.

**Palavras-chave:** Coronavírus. Transparência. Correlação.

### **Abstract**

<sup>1</sup> Doutor em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional de Blumenau. Professor da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo – RS, Brasil. E-mail: ari.sothe@uffs.edu.br

<sup>2</sup> Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professora da Universidade Federal da Fronteira Sul, Cerro Largo – RS, Brasil. E-mail: monize.visentine@uffs.edu.br

<sup>3</sup> Graduando em administração, Universidade Federal da Fronteira Sul, campus Cerro Largo – RS, Brasil. E-mail: darlan.writzl@outlook.com

This study aimed to verify the relationship between socioeconomic, political and epidemiological variables and the Information Transparency Index - COVID (ITI-COVID) in the municipalities of the state of Santa Catarina (SC). To this end, a quantitative study was carried out with a probabilistic sample from 170 municipalities. The results, obtained from the application of Spearman's correlation between ITI-COVID and the ten variables of the three areas surveyed, indicated significant and predominant associations between the Index and socioeconomic variables. Also, ITI-COVID's relations were significant with the political variable of electoral participation and the epidemiological variable number of new cases of COVID-19. In conclusion, it was noticed that a prevalence of more developed public administrations provide greater detail of their actions and investments about COVID-19, enabling effective means for the exercise of social control. Besides, it can also be seen that there is a greater interest of the population in the search for information and accountability by public managers as the number of cases of the disease in the respective municipality increases.

**Keywords:** Coronavirus. Transparency. Correlation

## Introdução

A COVID-19 foi identificada pela primeira vez em Wuhan, na província de Hubei, China, onde em poucos dias surgiram milhares de casos e centenas de mortes, assim como houve detecção de casos em diversos países, acometendo principalmente adultos acima de 60 anos e portadores de comorbidades (SÁFADI, 2020). Yang et al. (2020) complementam que o coronavírus se espalhou para áreas domésticas e estrangeiras, resultando em uma ameaça significativa para o mundo. Quando o número confirmado de novos casos fora da China chegou a 2.459, e 2.700 pacientes infectados haviam morrido, a Organização Mundial da Saúde (OMS) classificou a COVID-19 como uma emergência de saúde pública de interesse internacional (YANG et al., 2020).

No Brasil, o primeiro caso de COVID-19 foi diagnosticado no dia 26 de fevereiro de 2020, originado de paciente da cidade de São Paulo que retornou de viagem da Itália. O vírus se espalhou rapidamente pelo país e, em menos de cinco meses, já se registrava mais de 2,4 milhões de casos confirmados e 90 mil óbitos (FIOCRUZ, 2020). Werneck e Carvalho (2020, p. 1) destacam os enormes desafios no Brasil, “pois pouco se sabe sobre as características de transmissão da COVID-19 num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração”.

Diante da dificuldade efetiva de controle da pandemia no território brasileiro, assim como nos demais países, pesquisas passaram a ser desenvolvidas sob diferentes perspectivas. Destacam-se as no campo da medicina, especialmente para caracterizar o genoma do novo coronavírus, aspectos clínicos dos pacientes infectados, diagnóstico e tratamento médico, entre outros. O'Brien et al. (2020), em um estudo bibliométrico, identificaram 547 pesquisas publicadas na área da saúde sobre a temática. Analisando o banco de dados Scopus, ressaltam o aumento substancial da produção científica sobre a temática em apenas três meses, bem como um maior número de publicações nos periódicos *The Lancet*, *British Medical Journal* e no *Journal of Medical Virology*. A Universidade Wuhan é identificada como a instituição que apresenta maior liderança em relação ao número de publicações.

No campo da gestão pública, Marks-Sultan et al. (2016) ressaltam a importância da OMS para a capacitação e para a promoção da transparência. Entende-se a transparência como a forma de demonstrar as tarefas realizadas pelos gestores públicos, disponibilizando acesso aos dados para o pleno controle dos seus atos por parte da população (CRUZ; SILVA; SANTOS, 2009). Kanae, Fiel Filho e Ferreira (2010) complementam que a transparência demonstra ao cidadão a preocupação da gestão em proporcionar serviços públicos de qualidade e a prestação de contas com honestidade e ética na execução dos atos e com os gastos públicos.

Diante dos poucos estudos desenvolvidos acerca da transparência das ações dos governos no período da Covid-19 (CHEN et al., 2020; HOU et al., 2020), Fonseca et al. (2020) chamam a atenção que a transparência em tempos de pandemia tem sido um desafio para os gestores públicos, especialmente dos governos locais. Nesse sentido, para manter a transparência em níveis adequados durante o período de emergência de saúde pública causada pela Covid-19, Fonseca et al. (2020) elaboram, por meio do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), uma nota técnica para

discutir justificativas relacionadas à suspensão de prazos estipulados pela Lei nº 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação (LAI), determinados pela Medida Provisória (MP) n. 928/2020, “bem como apontar medidas que o governo federal poderia adotar para que a transparência governamental não seja significativamente prejudicada no contexto da pandemia da Covid-19” (FONSECA et al., 2020, p. 7).

O Ministério Público Federal – MPF – (2020) entende que mesmo a Constituição de 1988 já estabelece que a transparência nas contas públicas seja um conceito indissociável de qualquer república democrática, cabendo aos gestores disponibilizarem informações sobre quanto arrecadam e gastam. A partir dessa perspectiva, o MPF fez um dos primeiros levantamentos nacionais sobre a transparência pública municipal, elaborando o *Ranking* Nacional da Transparência (RNT).

No que se refere às informações relativas à pandemia da Covid-19, a Transparência Internacional – Brasil (2020) criou um *Ranking* (Índice de Transparência das Informações – Covid, ITI-Covid) e avaliou os estados e capitais brasileiras quanto à transparência das contratações emergenciais realizadas em resposta à Covid-19, as melhores práticas e iniciativas de transparência e abertura de dados relacionados às contratações emergenciais. Essa metodologia tem sido adaptada na avaliação dos municípios brasileiros, a exemplo da Rede de Controle Municipal da Gestão Pública de Santa Catarina (2020a), que avaliou todos os municípios catarinenses por meio do *Ranking* Estadual de Transparência das Informações Covid-19.

Assim, Santa Catarina (SC), ao expandir a métrica para todos os seus municípios, torna-se precursora na avaliação dos níveis de transparência das contratações públicas durante o período de pandemia da Covid-19, por meio do ITI-Covid. A avaliação por meio do ITI-Covid permite verificar se os municípios catarinenses disponibilizam adequadamente as informações previstas pela Lei nº 13.979/2020, que estabelece as medidas de enfrentamento da Covid-19, bem como a Lei de Acesso à Informação – LAI – e a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF – (REDE DE CONTROLE MUNICIPAL DA GESTÃO PÚBLICA DE SANTA CATARINA, 2020a).

A primeira avaliação do ITI-Covid catarinense foi realizada no período de 22/05/2020 e 26/06/2020 e teve por objetivo “avaliar e promover a transparência dos portais dos municípios catarinenses relacionados às compras públicas no âmbito do combate à Covid-19, fomentando o controle social” (REDE DE CONTROLE MUNICIPAL DA GESTÃO PÚBLICA DE SANTA CATARINA, 2020a). Desse modo, o índice verifica se os municípios atendem a divulgação das informações relativas às licitações, contratos, empenhos e pagamentos realizados dentro do que Lei nº 13.979/2020, que dispõe sobre as ações e gastos de enfrentamento à pandemia.

A partir da divulgação do ITI-Covid e da publicação na literatura de estudos que investigaram a relação entre a transparência pública com variáveis socioeconômicas (CRUZ, 2010; SOL, 2013; AVELINO et al., 2014; BROCCO et al., 2018; FENNER et al., 2019; FENNER, 2020), políticas (FENNER et al., 2019; FENNER, 2020) e epidemiológicas (FARIAS, 2020; YANG et al., 2020), surge o interesse desta pesquisa, que também propõe analisar possíveis relações dessas variáveis com o ITI-Covid dos municípios catarinenses.

Desse modo, buscando contribuir na temática da discussão da transparência pública diante da pandemia do COVID-19, o presente estudo tem como problema norteador: qual a relação entre variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o ITI-Covid dos governos municipais catarinenses? Para isso, o estudo teve como objetivo verificar a relação das variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o ITI-Covid dos municípios do estado de SC.

A exemplo de outras investigações, as variáveis socioeconômicas estudadas foram o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da Saúde (IFDM-S), o Índice Firjan de Gestão Fiscal – IFGF –, a distribuição tributária, o tamanho da população e o desemprego. A escolha das variáveis IFDM, IFDM-S e IFGF se devem especialmente por servirem de monitoramento do desenvolvimento dos municípios e sua capacidade de gestão dos recursos. A variável da distribuição tributária integra a avaliação pela sua relevância na demonstração da capacidade orçamentária dos municípios, para executar as suas políticas definidas a partir das demandas da sociedade. Em complemento, a avaliação da transparência, a partir das variáveis de População e Desemprego, ganha importância para evidenciar o seu comportamento em municípios com diferentes índices populacionais, bem como identificar se a população desempregada pode estar pressionando os gestores pelo aumento da transparência.

Quanto às variáveis políticas, optou-se por avaliar a participação eleitoral do cidadão, acreditando que esta variável tende a indicar que, em municípios onde a população é mais ativa no exercício do voto, os gestores tenham uma tendência a se preocupar mais nas ações de transparência.

Além dessa, a nota atribuída ao município no RNT também será avaliada. Pressupõe-se que os municípios com melhores notas no RNT tendem a manter igualmente uma política de transparência nas ações avaliadas pelo ITI-Covid.

Por fim, diante do cenário da atual pandemia, torna-se fundamental também avaliar a relação de variáveis epidemiológicas com a transparência pública, especialmente com o ITI-Covid. Nesse sentido, o número de novos casos, novos óbitos e percentual de isolamento social da população podem, de alguma forma, ser influenciadores da transparência, pois pressupõe-se que os gestores tendem a ampliar a transparência dos gastos com a Covid-19 a partir da evolução dessas variáveis.

Dos diversos estudos anteriormente realizados que investigaram relações da transparência pública municipal com indicadores se limitam à utilização de variáveis socioeconômicas (BROCCO et al., 2018), poucos analisaram as variáveis políticas (FENNER, 2020) e são desconhecidos estudos que avaliam variáveis epidemiológicas nos governos locais.

Assim, este estudo se justifica diante da sua capacidade de preenchimento de espaços da teoria, assim como seus resultados podem contribuir na qualificação da gestão pública dos municípios, especialmente no que se refere ao aumento da transparência dos seus atos. A especificidade da temática permite a compreensão da transparência das ações apresentadas pelos governos municipais no enfrentamento da pandemia da Covid-19.

### O ITI-Covid e as possíveis variáveis relacionadas

A partir de investigações anteriores, direcionadas à transparência pública municipal, acredita-se que as variáveis socioeconômicas podem ser influenciadoras do ITI-Covid nos municípios. Entre essas variáveis, pressupõe-se que estejam os índices de avaliação de desenvolvimento e de gestão pública. Fenner et al. (2019) destacam que indicadores de transparência pública tendem a apresentar relação direta com indicadores de desenvolvimento dos municípios, tendo em vista que auxiliam no acompanhamento da população sobre a aplicação dos recursos, inibem a corrupção e estimulam o controle social.

Destaca-se, entre os índices de desenvolvimento, o IFDM, “criado em 2008, tendo em vista a necessidade de se monitorar, anualmente, o desenvolvimento socioeconômico brasileiro, considerando as diferentes realidades da menor divisão federativa: o município” (FIRJAN, 2018, p. 1). Cruz (2010) pressupõe que os municípios com melhores indicadores socioeconômicos, a exemplo do IFDM, teriam uma tendência de apresentação de melhores índices de transparência em suas páginas eletrônicas. Brocco et al. (2018), igualmente, indicaram relação positiva entre o IFDM e a transparência pública municipal, levando à pressuposição de que possa haver relação com o ITI-Covid.

Especificamente para a área da saúde, a Firjan elabora o IFDM-S, que tem “[...] foco na saúde básica e contempla indicadores cujo controle é de competência municipal: proporção de atendimento adequado de pré-natal, óbitos por causas mal definidas, óbitos infantis por causas evitáveis e internações sensíveis à atenção básica” (FIRJAN, 2018, p. 13). Avelino et al. (2014) salientam que indicadores de natureza socioeconômica, como o IFDM, exercem maior influência no nível de transparência voluntária que outras variáveis explicativas. O IFDM-S integra uma das três variáveis (educação, saúde e emprego e renda) que compõem o IFDM consolidado.

Outro indicador que avalia a gestão dos recursos é o IFGF, que busca contribuir com o debate sobre a eficiência da gestão fiscal, com foco na administração dos recursos públicos pelas prefeituras, especificamente sobre sua autonomia financeira, capacidade de investimentos, liquidez e gastos de pessoal (FIRJAN, 2019). Leite Filho et al. (2018) concluíram que a qualidade na gestão fiscal (IFGF) apresenta relação com a transparência dos municípios brasileiros, sugerindo uma possível relação também com o ITI-Covid.

As variáveis econômicas devem ser levadas em conta para avaliação da gestão pública municipal, principalmente no estado de Santa Catarina, que tem mais de 90% dos seus municípios classificados como de pequeno porte. A distribuição tributária, ou mais conhecida como transferências intergovernamentais feitas pelos governos federal e estadual, torna-se importante termômetro para avaliação.

Moratta (2015, p. 140) destaca, em um estudo realizado nos municípios catarinenses, que “pela falta ou insuficiência de recursos próprios existe o pressuposto que os municípios dependem das transferências intergovernamentais para propiciar bens e serviços para a comunidade local e, por consequência, o crescimento econômico”. Azevedo e Cabello (2020) concluem que existe uma baixa adequação da transparência nos portais de informações dos maiores municípios em relação

aos gastos e às transferências intergovernamentais. A partir disso, e da crescente necessidade de recursos federais e estaduais para as diversas áreas, especialmente da saúde, construiu-se a suposição de que possa haver relação entre a distribuição tributária e o ITI-Covid.

A literatura também indica que variáveis como o tamanho da população e os níveis de desemprego podem ser influenciadoras da qualificação da transparência pública e, pressupõe-se, do ITI-Covid. Municípios com maior população tendem a dispor de mais recursos, capacidade técnica e gerencial, pessoas treinadas, o que auxilia na adoção de melhores práticas de transparência (NORRIS; MOON, 2005). Por outro lado, estudos como os de Sol (2013) e de Fenner (2020) destacam que a transparência municipal tende a ser menor em municípios com altos índices de desemprego.

A relação do ITI-Covid com algumas variáveis políticas também será mensurada nesta investigação. A participação eleitoral, definida como grupo de pessoas com direito ao voto e que compareceram às urnas de seus municípios durante as eleições (FENNER, 2020), é uma delas. Fenner (2020) pressupõe que o maior interesse da população na gestão pública, demonstrado pela sua participação eleitoral, faria com que o governo se sentisse pressionado para a divulgação de informações, aumentando a transparência dos municípios.

Outra métrica classificada no grupo das variáveis políticas é a metodologia utilizada pelo MPF (2020) para mensurar o nível da transparência do país, estados e municípios, denominada RNT. O RNT é obtido a partir da verificação do atendimento da legislação voltada à transparência pública, com destaque à Lei Complementar nº 101/2000, Lei Complementar nº 131/2009 e Lei nº 12.527/2011. Esse *ranking* foi construído pelo MPF em duas edições que abrangem os períodos de levantamento dos dados de 08/09/2015 a 09/10/2015 e de 11/04/2016 a 27/05/2016. Acredita-se que notas atribuídas à transparência dos municípios por meio do RNT e do ITI-Covid estejam positivamente relacionadas, indicando que a gestão municipal tem uma conduta sólida e permanentemente preocupada com a divulgação de seus atos.

Por fim, as variáveis epidemiológicas consideradas são aquelas utilizadas pelo poder público no acompanhamento e controle da pandemia. Entende-se que novos casos e óbitos da Covid-19, frequentemente ligados à falta de isolamento social, demandam dispêndios de gastos públicos emergenciais, que são avaliados pelo ITI-Covid quanto a sua transparência.

Assim, para o controle do avanço da pandemia, diversas medidas têm sido adotadas, entre elas o isolamento social, definido por Farias (2020, p. 2) como “quando as pessoas não podem sair de suas casas para impedir a propagação do vírus”. O autor reforça que esse procedimento não se confunde com a quarentena, em que os suspeitos de infecção ficam de quarentena por quatorze dias, que é o período de incubação, tempo para o vírus se manifestar no corpo e o distanciamento social que busca evitar aglomerações a fim de manter uma distância mínima de um metro entre as pessoas (FARIAS, 2020).

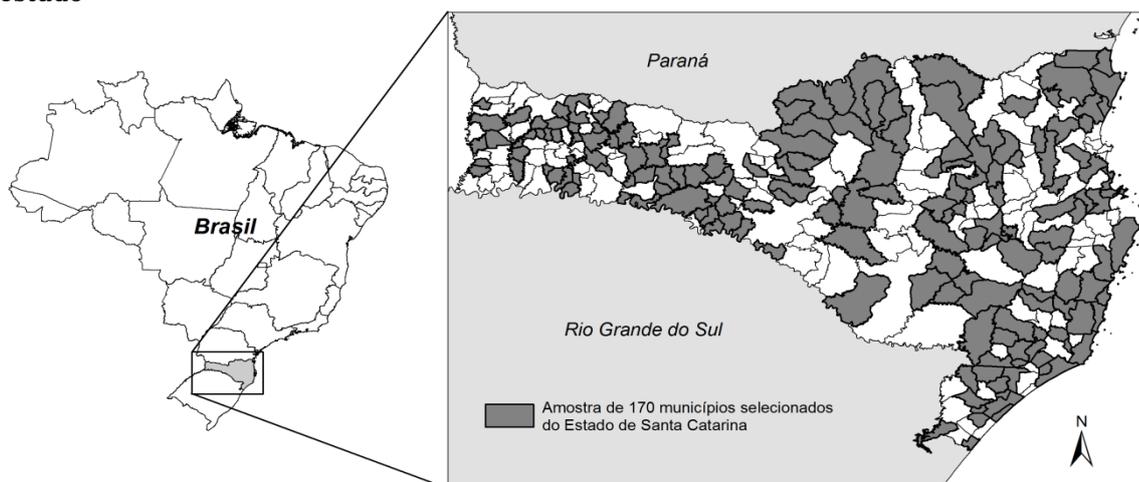
Raupp e Pinho (2020, p. 3736) complementam que “em momentos de isolamento social decorrentes de pandemias, os cidadãos procuram na internet informações para que possam se inteirar da real situação”. A partir disso, entende-se que o percentual de isolamento social pode estar positivamente relacionado com o ITI-Covid.

A transparência nas informações sobre a saúde pública no contexto brasileiro deixa lacunas significativas. Fraga e Lira (2018) ressaltam que são poucas e isoladas as iniciativas de transparência no acesso da assistência à saúde. Tal fato, incorporado ao contexto atual da pandemia da Covid-19, permite emergir a percepção de que, à medida que a transparência na área da saúde é ampliada, os seus indicadores tendem a melhorar. Assim, entende-se que, com o aumento do número de casos e óbitos da Covid-19, ocorra um reflexo positivo no ITI-Covid. Desse modo, pressupõe-se que os novos casos, novos óbitos e percentual de isolamento social estejam positivamente relacionados com o ITI-Covid, indicando que, à medida que esses indicadores evoluem, os gestores ampliem sua preocupação com a transparência dos gastos com a pandemia.

## Metodologia

Para atender ao objetivo do trabalho, de verificar a relação das variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o ITI-Covid dos municípios do estado de SC, adotou-se a pesquisa quantitativa e correlacional (SAMPIERI; COLLADO; LUCIO, 2013). A população do estudo abrange os duzentos e noventa e cinco (295) municípios do Estado de Santa Catarina, submetidos ao procedimento de amostragem probabilística aleatória simples, com erro de 5% e intervalo de confiança de 95%. Os cento e setenta (170) municípios sorteados são ilustrados na Figura 1.

**Figura 1:** Distribuição geográfica dos municípios catarinenses sorteados para compor a amostra do estudo



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

Os dados coletados são de origem secundária e estão detalhados no Quadro 1. Referente à variável ITI-COVID, elemento central das relações medidas nesta investigação, foi obtida por meio do portal da Rede de Controle da Gestão Pública de Santa Catarina (2020b). Esse índice obedece a uma escala de 0 a 6, sendo: de 0,00 a 1,99 (Não Cumpre); 2,00 a 3,99 (Parcial Cumprimento); 4,00 a 5,99 (Regular Cumprimento); 6,00 (Site Completo). O índice é formado por 46 variáveis classificadas em 4 dimensões (procedimentos licitatórios de dispensa e inexigibilidade; contratos; empenho; pagamento) dentro do que estabelece a Lei nº 13.979/2020 e exigências da LRF e a LAI. A Rede de Controle da Gestão Pública de Santa Catarina coletou os dados e elaborou a primeira versão do ITI-Covid no período de 22/05/2020 e 26/06/2020. O ITI-Covid utilizado neste estudo foi coletado pelos pesquisadores no dia 14/08/2020.

**Quadro 1:** Descrição das variáveis investigadas e bases de dados secundárias utilizadas para a coleta

Variável (dado)	Descrição	Base de dados	Ano	Escala de Medida
Índice de Transparência das Informações Covid (ITI-Covid)	Nota total da transparência obtida no Ranking Estadual de Transparência das Informações Covid-19	Rede de Controle da Gestão Pública de Santa Catarina	2020	Ranking da Nota de 0 a 6. Em que: 0 é a menor e 6 a maior.
IFDM	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)	2016	Ranking de 1 a 170. Em que: 1 é a maior e 170 a menor.
IFDM-S	Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal da Saúde.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)	2016	Ranking de 1 a 170. Em que: 1 é a maior e 170 a menor.
IFGF	Índice Firjan de Gestão Fiscal.	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)	2018	Ranking de 1 a 170. Em que: 1 é a maior e 170 a menor.
Distribuição Tributária	Distribuição dos tributos federais e estaduais aos municípios	SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro	2019	R\$ recebido no ano do Estado e União.
População	Número estimado de habitantes do município.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2019	Número de Habitantes
Desemprego	Percentual da população economicamente ativa sem vínculo empregatício formal.	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2018	% habitantes sem emprego formal
Participação eleitoral	Percentual de eleitores do município que participaram da última eleição.	Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)	2016	% eleitores votantes.
Ranking Nacional de Transparência (RNT).	Nota da transparência média obtida no Ranking Nacional de Transparência (RNT) considerando-se as edições de 2015 e 2016.	Ministério Público Federal (MPF)	2015 e 2016	Ranking da Nota de 0 a 10. Em que: 0 é a menor e 10 a maior.
Novos Casos	Média de Novos Casos diários de Covid-19	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	2020	Número de casos por dia de 22/05 a 26/06/2020
Novos Óbitos	Média de Novos Óbitos diários de Covid-19	Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)	2020	Número de óbitos por dia de 22/05 a 26/06/2020
Isolamento Social	Média de Isolamento Social diário dos habitantes	INLOCO- Mapa Brasileiro da Covid-19	2020	% habitantes isolados por dia de 22/05 a 26/06/2020

Fonte: Elaborado pelos autores (2020).

Com relação ao RNT, optou-se por realizar uma média das duas avaliações já realizadas pelo MPF (2016) em cada uma das prefeituras do estado de SC analisadas. A vantagem desse índice, em detrimento de outros que medem a transparência pública municipal, deve-se à sua abrangência nacional, pontuando a transparência dos 5.570 municípios do Brasil. Quanto aos demais índices analisados, optou-se por selecionar os dados da última coleta disponível no respectivo portal governamental, a fim de buscar maior atualização. As três variáveis epidemiológicas testadas (novos casos, novos óbitos e isolamento social) foram coletadas, respeitando-se a média dos valores do período de 22/05/2020 à 26/06/2020, a fim de padronizar à variável ITI-Covid.

Após coletados, os dados foram submetidos a análises estatísticas, com o auxílio do software *Statistical Package for the Social Sciences*, versão 21.0 (SPSS Statistics V21). Tais análises incluíram a estatística descritiva das variáveis em estudo, considerando valores de mínimo e máximo, mediana, média e desvio-padrão; além da realização dos testes de Kolmogorov-Smirnov e Shapiro-Wilk para verificação da normalidade dos dados e aplicação de técnica de correlação equivalente. A partir do resultado dos testes de normalidade, constatando-se que a distribuição dos dados em análise não é normal (VIEIRA, 2010), optou-se pela aplicação da Correlação de Spearman, utilizada para medir o grau de correlação entre duas variáveis ordinais ou numéricas, para atingir o objetivo do estudo. Para mensurar a força das relações entre as variáveis, utilizou-se o coeficiente de correlação, que, segundo Field (2009, p. 129), “é uma medida do tamanho de um efeito”, sendo que valores de  $\pm 0,1$  representam um efeito pequeno, valores de  $\pm 0,3$  representam um efeito médio e valores de  $\pm 0,5$  indicam um efeito grande.

### Análises descritivas dos resultados

No estado de SC, predominam os municípios de pequeno porte, classificados, a partir dos estratos populacionais definidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), como aqueles com até 50 mil habitantes. Denota-se que 90,59% dos municípios catarinenses pesquisados são enquadrados nessa categoria, sendo que, no geral, o estado apresenta um percentual de 92,54% municípios nesta faixa de classificação. O número de municípios de grande porte é pouco expressivo, representados somente por Joinville e Florianópolis. Entre os municípios de pequeno porte, Santiago do Sul, com 1.260 habitantes, é compreendido como o menor da amostra da pesquisa.

Quanto às variáveis socioeconômicas, as notas nos *rankings* de desenvolvimento e gestão, o município de Concórdia ocupa o primeiro lugar no IFDM e terceiro no IFDM-S. Por outro lado, o município de Petrolândia apresenta a pior posição no IFDM (posição 170) e uma das últimas posições no IFDM-S (posição 166). No *ranking* do IFGF, o município de Turvo tem o melhor desempenho e Lindóia do Sul a última posição.

Quanto a transparência apresentada pelo ITI-Covid, somente 14 municípios da amostra obtiveram nota 6,0, indicando que o portal da prefeitura municipal era completo com relação às informações acerca da pandemia do Covid-19. Por outro lado, 102 municípios selecionados obtiveram nota de 0,00 a 1,99 (Não Cumpre) nas dimensões e variáveis referentes à transparência das informações relativas a licitações, contratos, empenhos e pagamentos realizados dentro da Lei nº 13.979, para as ações e gastos de enfrentamento à pandemia. Finalmente, 54 municípios obtiveram nota de 2,00 a 3,99 (Parcial Cumprimento) e nenhum município sorteado obteve nota entre 4,00 a 5,99 (Regular Cumprimento). A média das notas dos municípios catarinenses pesquisados é muito baixa, de 1,86 pontos, com mínimo de 0 e máximo de 6 pontos.

Na Tabela 1, são apresentadas as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas analisadas. A Distribuição Tributária média anual dos municípios pesquisados foi de R\$ 59.516.099,56. O município que recebeu o menor volume de recursos por meio dos governos estadual e federal foi Anchieta, com R\$ 10.034.024,04; o município com maior volume recebido foi Joinville, com R\$ 1.125.794.318,19, que também tem maior número de habitantes do estado. Referente à população, tem-se uma média de 25741 habitantes por município.

O percentual médio de desemprego dos municípios é bastante alto (73,44%), com grandes variações entre o menor nível em Florianópolis (36,10%) e maior nível em São Miguel da Boa Vista (91,50%). No entanto, é necessário frisar que os municípios do interior do estado, onde predominam as atividades agrícolas, apresentam uma tendência de piora nessa variável, pois o IBGE considera para o levantamento somente o número de empregos formais, deixando de fora as atividades autônomas e agrícolas sem formalização trabalhista.

**Tabela 1:** Estatísticas descritivas das variáveis quantitativas investigadas no estudo

Variáveis	Mínimo	Máximo	Mediana	Média	Desvio-padrão
ITI-COVID (nota)	0,00	6,00	1,50	1,86	1,78
Distribuição Tributária (R\$)	10034024,04	1125794318,19	24910327,29	59516099,56	133259399,00
População (habitantes)	1260,00	590466,00	7741,00	25741,36	69916,86
Desemprego (%)	36,10	91,50	74,65	73,44	11,09
Participação eleitoral (%)	40,39	96,40	86,14	83,71	9,47
RNT (nota)	3,40	9,75	7,70	7,56	1,20
Novos Casos (nº)	0,00	35,83	0,25	1,70	5,36
Novos Óbitos (nº)	0,00	0,81	0,00	0,02	0,08
Isolamento Social (%)	30,00	58,00	40,00	41,26	4,54

Fonte: Elaborada com base em dados secundários (2020).

Para a variável política da participação eleitoral, com uma média de 86,14%, evidencia-se a menor participação (40,39%) do município de Sangão, e a maior (96,40), de Presidente Castelo Branco. Em média, a participação eleitoral dos municípios da amostra é de 83,71%. Com relação ao RNT, volta-se a atenção à média muito positiva das notas dos 170 municípios pesquisados (7,56). Com a menor nota média das duas avaliações (2015, 2016) feitas pelo RNT, aparece o município de Criciúma, que obteve 3,40. Por outro lado, Xanxerê obteve a melhor nota (9,75) das duas avaliações.

No que se refere às variáveis epidemiológicas, o número de novos casos diários por município variou entre 0,00 e 35,83 no período analisado. Os novos óbitos variaram entre 0,00 a 0,81 registros diários por município. Finalmente, chama a atenção o percentual de isolamento social, com média de 41,26% durante o período do levantamento. Esse índice é considerado muito baixo, conforme definido pelo Centro de Contingência do Coronavírus da Secretaria de Estado da Saúde – SP, que preconiza a adesão de 70% da população para que a disseminação de Covid-19 seja controlada (AMORIM et al., 2020). Nesse sentido, destacam-se os municípios de Ermo, que apresentou a menor média de isolamento social no período (29,78%), e Brunópolis, com a maior média (57,67%).

### **Análises das relações da ITI-Covid e as variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas**

Nesta seção, apresentam-se as análises das relações existentes entre as variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o ITI-Covid dos municípios do estado de SC, a fim de atingir o objetivo central deste estudo. No que se refere às variáveis socioeconômicas, na Tabela 2, tem-se os resultados para o teste de correlação de Spearman.

**Tabela 2:** Resultados dos testes de Correlação entre a variável ITI-Covid e as variáveis socioeconômicas

Correlação de Spearman	Distribuição					
	IFDM	IFDM-S	IFGF	Tributária	População	Desemprego
Coefficiente de correlação	-	-0,201**	0,002	0,338**	0,301**	-0,252**
Sig. (2 extremidades)	0,000	0,009	0,976	0,000	0,000	0,001
N	170	170	170	170	170	170

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

Os resultados apresentados na Tabela 2 são bastante promissores em termos de relações do ITI-Covid e as variáveis socioeconômicas, seguindo tendência já observada na literatura quando analisada a transparência pública (CRUZ, 2010; SOL, 2013; AVELINO et al., 2014; FENNER et al., 2019; FENNER, 2020). As seis variáveis testadas apresentam relação significativa ( $sig. \leq 0,05$ ) com o ITI-Covid, com exceção do IFGF, resultado contrário ao verificado por Leite Filho et al. (2018), quando analisada a relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. O que se pode supor é que, sendo o ITI-Covid um índice novo para os gestores públicos, sua eficácia ainda não pode ser sentida sobre a gestão e a retidão fiscal municipal, sendo necessário um acompanhamento de mais longo prazo para se analisar a efetividade dessa relação.

Quanto ao IFDM e o IFDM-S, obtiveram-se correlações significativas ( $sig. \leq 0,05$ ), negativas – em virtude do ranqueamento dos municípios, conforme destacado na metodologia – e de efeito médio e pequeno, respectivamente. As relações entre esses índices de desenvolvimento, abrangentes às áreas de emprego e renda, educação e saúde, e o ITI-COVID podem ser explicadas pela maior disponibilidade de recursos para investir na divulgação de informações, maior nível de educação da população, melhores estruturas de gestão educacional e de saúde (BROCCO et al., 2018) dos municípios mais bem colocados no *ranking*. Percebe-se que há uma prevalência de as gestões públicas mais desenvolvidas propiciarem um maior detalhamento das suas ações e investimentos quanto à COVID-19, possibilitando meios eficazes para o exercício do controle social.

No que tange à distribuição tributária, a correlação é significativa ( $sig. \leq 0,05$ ), positiva e de efeito médio, indicando que municípios com maior distribuição tendem a ser mais transparentes quando ao ITI-COVID. Tal resultado indica que, à medida que os municípios recebem maiores volumes de recursos, do governo do estado e da União, tendem a se preocupar mais com a transparência da destinação desses recursos. Em complemento, os municípios com maior distribuição tributária também tendem a ser os maiores em estrutura pública de gastos, esperando-se dessa forma que sejam mais transparentes.

Por fim, as variáveis tamanho da população e nível de desemprego também apresentaram correlação significativa ( $sig. \leq 0,05$ ) e de efeito médio e pequeno, respectivamente, com o ITI-COVID, corroborando achados anteriores (FENNER et al., 2019; FENNER, 2020) para a métrica da transparência pública. Municípios com um maior número de habitantes tendem a ter também um maior contingente de servidores públicos, o que poderia facilitar e impulsionar o processo de divulgação das informações acerca da administração dos recursos da pandemia. Além disso, um maior contingente populacional também pode fazer mais pressão por informações, via redes sociais, por exemplo, o que poderia contribuir na explicação deste resultado.

Já a relação observada com o índice de desemprego é negativa, indicando que municípios com maiores taxas de desemprego tendem a ser menos transparentes quanto à aplicação de recursos públicos na pandemia. Fenner et al. (2019) ressaltam que o desemprego caracteriza períodos de crise econômica, podendo nesses momentos haver um corte maior dos gastos da gestão, incluindo aqueles referentes à transparência das informações, que demandam de estrutura e pessoal capacitado para a publicização eficiente.

Na Tabela 3, são apresentados os resultados referentes à correlação entre o ITI-COVID e as variáveis políticas, indicando apenas relação significativa para a variável participação eleitoral. A não relação entre os índices da RNT e do ITI-COVID pode ser explicada pelo fato de que, não necessariamente, os municípios com portais eletrônicos que atendem as leis de transparência estejam tão engajados na divulgação das ações da pandemia.

**Tabela 3:** Resultados dos testes de Correlação entre a variável ITI-COVID e as variáveis políticas

Correlação de Spearman	Participação eleitoral	RNT
Coefficiente de correlação	-0,236**	0,149
Sig. (2 extremidades)	0,002	0,052
N	170	170

\*\* . A correlação é significativa no nível 0,01 (2 extremidades).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

A correlação significativa ( $sig. \leq 0,05$ ), negativa e pequena entre a variável Participação Eleitoral e o ITI-COVID corrobora o já constatado por Fenner et al. (2019), quando analisada a transparência pública. Uma possível explicação para esse fato é dada por Fung (2013), que destaca que, quanto menos eleitores participam do processo eleitoral, votando, mais impactados são os gestores públicos quanto à obrigação em divulgar as informações de modo transparente aos cidadãos, a fim de retomar a sua confiança.

Na Tabela 4, apresentam-se os resultados dos testes de correlação entre o ITI-COVID e as variáveis epidemiológicas, indicando apenas relação significativa para a variável de número de novos casos da doença.

**Tabela 4:** Resultados dos testes de Correlação entre a variável ITI-COVID e as variáveis epidemiológicas

Correlação de Spearman	Novos casos	Novos óbitos	Isolamento social
Coefficiente de correlação	0,158*	0,138	-0,019
Sig. (2 extremidades)	0,040	0,073	0,801
N	170	170	170

\*. A correlação é significativa no nível 0,05 (2 extremidades).

Fonte: Elaborada pelos autores (2020).

A correlação significativa ( $sig. \leq 0,05$ ), positiva e pequena entre a variável Novos Casos e o ITI-COVID traz à tona que, à medida que aumentam os registros de novos casos da COVID-19, a sociedade passa a ampliar sua preocupação com a pandemia, exigindo dos gestores o aumento da transparência das informações sobre as ações e os investimentos para o combate da doença.

Por outro lado, não ocorre correlação significativa da variável Novos Óbitos com o ITI-COVID. Esse distanciamento dos resultados da análise das duas variáveis epidemiológicas pode ser explicado a partir do prisma de que a sociedade exerce maior pressão pela transparência das informações sobre os gastos com a COVID-19, quando do aumento de novos casos e consequente demanda de estrutura de saúde do que quando do aumento de óbitos. Igualmente, a variável Isolamento Social não apresentou correlação com o ITI-COVID, indicando que, mesmo que a sociedade busque se manter informada sobre a COVID-19 durante o período de isolamento social, ela não exerce pressão sobre os gestores públicos municipais para o aumento da transparência.

### Considerações finais

Nos últimos anos, tem emergido no país um grande número de publicações na temática da transparência pública, algumas delas destacadas nesta investigação, que avaliam as relações da transparência com diferentes indicadores. Somando-se a esse fato, tem-se o atual cenário de pandemia da COVID-19, ambos estimulando o desenvolvimento deste estudo, que objetivou verificar a relação das variáveis socioeconômicas, políticas e epidemiológicas e o ITI-COVID dos municípios do estado de SC. A investigação do estado de SC se justifica por este ser pioneiro na implementação da métrica do ITI-COVID no Brasil.

A amostra probabilística de municípios investigados é constituída, predominantemente, por aqueles de pequeno porte (90,59%), representando a população dos 295 municípios do estado. De modo geral, os municípios catarinenses têm ITI-COVID médio de 1,86 pontos, indicando um cenário bastante negativo de descumprimento da divulgação das informações da COVID-19, classificadas nas dimensões de procedimentos licitatórios de dispensa e inexigibilidade, contratos, empenho e pagamento. Considerando o pioneirismo do estado de SC na divulgação do índice, espera-se que haja uma tendência de, com o passar dos meses, haver uma melhora na divulgação dessas informações, tendo em vista o direito dos cidadãos de realizar o controle das ações e dos gastos da gestão pública. Além disso, têm despontado no país inúmeros casos de fraudes e corrupção com relação às verbas destinadas à contenção da pandemia, o que justifica ainda mais a transparência e a pontualidade das informações destinadas aos cidadãos.

Tratando-se das relações avaliadas entre o ITI-COVID e as variáveis socioeconômicas, observou-se uma tendência dos resultados previamente encontrados na literatura para a transparência pública. Com exceção do IFGF, as demais variáveis testadas apresentam relação significativa ( $sig. \leq 0,05$ ) com o ITI-COVID. Mesmo não sendo correlações de efeito muito grande, esses resultados já sugerem tendências na divulgação das informações da pandemia, como um ITI-COVID mais alto para as cidades com melhores índices de desenvolvimento, a exemplo do IFDM e o IFDM-S, maior distribuição tributária e número de habitantes e menor índice de desemprego. Pode-se atrelar esses achados aos recursos humanos e financeiros, que talvez os municípios com essas características detenham e que possibilitem uma melhor e mais pontual prestação de serviços de divulgação de informações aos cidadãos.

Quanto às variáveis políticas e epidemiológicas, apenas observou-se relação entre o ITI-COVID e a participação eleitoral e o número de novos casos de COVID-19. Curiosamente, a relação com a participação eleitoral é inversamente proporcional, indicando que a maior divulgação das ações do ITI-COVID pela gestão pública se dá nos municípios de menor número de eleitores ativos nas urnas. Uma explicação é o fato de os gestores desses municípios visarem à transparência de suas ações, a fim de conquistar a confiança e o voto dos eleitores nas urnas. Quanto ao número de novos

casos, essa relação pode ser explicada pela preocupação da população com o quadro instaurado na sua cidade, estimulando os cidadãos a buscarem por mais informações e prestação de contas por parte dos gestores públicos.

Como um primeiro levantamento, este estudo cumpre com o seu papel de informar e instigar novas pesquisas sobre o tema. Cabe destacar que a temporalidade dos dados foi um fator limitador da investigação, tendo em vista que não foi possível coletar os dados secundários de todas as variáveis para um mesmo ano ou período. Excetuando-se este fato, acredita-se que ampliar o levantamento dos dados para os demais estados do país, que venham a aplicar o ITI-COVID ou outra métrica de transparência ligada à pandemia, seria de grande valia para reforçar os achados aqui apresentados. Além disso, outras variáveis podem ser adicionadas à análise de relações, como indicadores de educação e renda, negligenciados nesta investigação. Entende-se que os esforços empenhados na busca de mais informações sobre a transparência da gestão pública no uso e na aplicação dos recursos destinados ao combate da pandemia do COVID-19 possibilitem avanços nas ações de combate à corrupção e de controle social, estimulando a continuidade de pesquisas como esta.

## Referências

AMORIM, Virgínia Cordeiro; GUIMARÃES, Thais Maria Monteiro; ALMEIDA, João Aristides Tomaz de; VANDERLON, Yan; ABDALA, Miguel. Promoção de isolamento social na pandemia de COVID-19: considerações da análise comportamental da cultura. **Revista Brasileira de Análise do Comportamento**, 2020, v. 01, n. 1, P. 31-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/rebac.v16i1.8886>.

AVELINO, Bruna Camargos; CUNHA, Jacqueline Veneroso Alves da; LIMA, Geraldo Augusto Sampaio Franco de; COLAUTO, Romualdo Douglas. Características explicativas do nível de *disclosure* voluntário de municípios do estado de Minas Gerais. **RACE**, Unoesc, v. 13, n. 2, P. 571-608, maio/ago. 2014.

AZEVEDO, Ricardo Rocha de; CABELLO, Otávio Gomes. Controle e Transparência sobre os Gastos Tributários em Municípios Brasileiros. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 15, n. 2, P. 83-99, mai/ago, 2020.

BRASIL. **Lei Complementar Federal nº 101 de 4 de maio de 2000**. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade fiscal e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, p.1-11, 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 11 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp131.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp131.htm). Acesso em: 11 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 11 maio 2020.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Lei/L13979.htm). Acesso em: 11 maio 2020.

BROCCO, Camila; GRANDO, Tadeu; MARTINS, Vanessa de Quadros; BRUNOZI JUNIOR, Antônio Carlos; CORRÊA, Suelen. et al. Transparência da gestão pública municipal: fatores explicativos do nível de transparência dos municípios de médio e grande porte do Rio Grande do Sul. **Revista Ambiente Contábil**, v. 10, n. 1, p. 139-59, jan./jun. 2018.

CHEN, Qiang; MIN, Chen; ZHANG, Wei; WANG, Ge; MA, Xiaoyue; EVANS, Richard. Unpacking the black box: How to promote citizen engagement through government social media during the COVID-19 crisis. **Computers in Human Behavior**. 2020, v. 110, p. 1-11. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.chb.2020.106380>.

CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO DA INFORMAÇÃO, II, Recife, 2009. *Anais...* Anpad, 2009.

CRUZ, Claudia Ferreira da. **Transparência da gestão pública municipal: referenciais teóricos e a situação dos grandes municípios brasileiros**. 2010. 140 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

FARIAS, Heitor Soares de. O avanço da COVID-19 e o isolamento social como estratégia para redução da vulnerabilidade. **Espaço e Economia** – Revista Brasileira de Geografia e Economia. Ano IX, n.17, 2020. DOI <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.11357>.

FENNER, Vanessa Unfried; SCHEID, Liara Laís; VISENTINI, Monize Sâmara; ROTTA, Edeimar. Fatores associados à transparência pública municipal: um estudo regional no Rio Grande do Sul. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 9, p. 683-707, 29 out. 2019. DOI: <https://doi.org/10.24302/drd.v9i0.2239>.

FENNER, Vanessa Unfried. **Transparência pública municipal: análise das variáveis políticas e socioeconômicas determinantes**. 2020. 177 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), 2020.

FIELD, Andy. **Descobrimo a estatística usando o SPSS**. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2009.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **MonitoraCOVID-19**. Números Acumulados. Disponível em: <https://bigdata-covid19.icict.fiocruz.br/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FIRJAN – Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro. **IFDM 2018: Anexo Metodológico – IFDM 2018 – Ano base 2016**. Disponível em: <https://www.firjan.com.br/data/files/E8/06/F0/D5/58E1B610E6543AA6A8A809C2/Metodologia%20IFDM%20-%20Final.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. **Índice Firjan Gestão Fiscal: Edição 2019 – Metodologia**. Disponível em: [https://www.firjan.com.br/data/files/88/94/7D/5D/33F0F61053918AE6A8A809C2/IFGF-2019\\_anexo-metodologico3.pdf](https://www.firjan.com.br/data/files/88/94/7D/5D/33F0F61053918AE6A8A809C2/IFGF-2019_anexo-metodologico3.pdf). Acesso em: 20 jul. 2020.

FONSECA, Igor Ferraz; POMPEU, João Cláudio; AVELINO, Daniel Pitangueira de; SILVA, Sivaldo Pereira da. **Transparência governamental e a questão do COVID-19: uma análise da suspensão dos prazos de resposta a pedidos por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI)**. Nota Técnica nº 29. IPEA, Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, abril/2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9827>. Acesso em: 16 ago. 2020.

FRAGA, Leticia de Oliveira; LIRA, Antonio Carlos Onofre. Transparência no Sistema Único de Saúde: iniciativas e desafios na divulgação eletrônica das listas de espera. **Caderno Ibero-Americano de Direito Sanitário**, Brasília, v. 7, n. 2, p. 111-124, abr/jun. 2018. DOI: <https://doi.org/10.17566/ciads.v7i2.491>.

FUNG, Archon. Infotopia: Unleashing the Democratic Power of Transparency. **Politics & Society**, v. 41, n. 2, p. 183–212, 2013. DOI: [10.1177/0032329213483107](https://doi.org/10.1177/0032329213483107).

HOU, Zhiyuan; DU, Fanxing; JIANG, Hao; ZHOU, LIN, Leesa. Assessment of public attention, risk perception, emotional and behavioural responses to the COVID-19 outbreak: social media surveillance in China. **Medrxiv**. The Preprint Server For Health Sciences. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1101/2020.03.14.20035956>.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores sociais municipais: Uma análise dos resultados do universo do Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv54598.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2020.

INLOCO - Mapa Brasileiro da COVID-19. **Índice de Isolamento Social**. Disponível em: <https://mapabrasileirodacovid.inloco.com.br/pt/>. Acesso em: 16 ago. 2020.

KANAAE, Roberto; FIEL FILHO, Alécio; FERREIRA, Maria das Graças (orgs). **Gestão Pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas**. São Paulo; Editora Atlas, 2010.

LEITE FILHO, Geraldo Alemandro; CRUZ, Claudia Ferreira; SILVA, Tatiane Gomes; NASCIMENTO, João Paulo de. A. et al. Relação entre a qualidade da gestão fiscal e a transparência dos municípios brasileiros. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 23, n. 76, p. 337-355, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.12660/cgpc.v23n76.75408>.

MORATTA, Nelson Granados. **A participação das transferências intergovernamentais no crescimento econômico dos municípios: um estudo no Estado de Santa Catarina**. 2015. 155 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 2015.

MARKS-SULTAN, Géraldine; TSAI, Feng-jen; ANDERSON, Evan; KASTLER, Florian; SPRUMONT, Dominique; BURRIS, Scott. National public health law: a role for WHO in capacity-building and promoting transparency. **Bull World Health Organ**. 2016, v. 94, p. 534-539. DOI: <http://dx.doi.org/10.2471/BLT.15.164749>.

MPF. Ministério Público Federal. **Ranking Nacional de Transparência: O projeto**. 2020. Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/ranking/o-projeto-new>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

MPF – Ministério Público Federal. **Ranking da Transparência**. (2016). Disponível em: <<http://combateacorrupcao.mpf.mp.br/ranking/mapa-da-transparencia/arquivos-pdf/ranking-da-transparencia-2a-avaliacao-sc.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2020.

NORRIS, Donald F.; MOON, M. Jae. Advancing E-government at the grassroots: Tortoise or hare? **Public Administration Review**, v. 65, n. 1, p. 64-75, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-6210.2005.00431.x>.

O'BRIEN, Nicolás; BARBOZA-PALOMINO, Miguel; VENTURA-LEÓN, José; CAYCHO-RODRÍGUEZ, Tomás; SADOVAL-DIÁS, José S.; LÓPEZ-LOPÉZ, Wilson; SALAS, Gonzalo. Nuevo coronavirus (COVID-19): Un análisis bibliométrico. **Rev Chil Anest**, v. 49, p. 408-415, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25237/revchilanestv49n03.020>.

RAUPP, Fabiano Maury; PINHO, José Antonio Gomes de. A. Precisamos evoluir em transparência? Uma análise dos estados brasileiros na divulgação de informações sobre a COVID-19. **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.14, n.39, p. 3725-3739. 2020. DOI: <https://doi.org/10.21171/ges.v14i39.3253>.

REDE DE CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA DE SANTA CATARINA. **Transparência das Informações COVID**. 2020a. Disponível em: <<https://sites.google.com/view/transparenciacovidsc/metodologia>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. **Transparência das Informações COVID**. 2020b. Disponível em: <<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1CoLq0WhwPGwMwIJDZB2jrJKP8EekAWleDwb3Y8uymfA/edit>>. Acesso em: 14 ago. 2020.

SÁFADI, Marco Aurélio Palazzi (Relator). **Novo coronavírus (COVID-19)**. Documento Científico. Departamento Científico de Infectologia (2019-2021). Sociedade Brasileira de Pediatria. Disponível em: <[https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/22340d-DocCientifico\\_Novo\\_coronavirus.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/22340d-DocCientifico_Novo_coronavirus.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2020.

SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia de pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SICONFI - Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro. **Consultas**. Disponível em: <<https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/index.jsf>>. Acesso em: 20 mai. 2020.

SOL, Daniel Albalate del. The institutional, economic and social determinants of local government transparency. **Journal of Economic Policy Reform**, v. 16, n. 1, p. 90-107, 2013. DOI: [10.1080/17487870.2012.759422](https://doi.org/10.1080/17487870.2012.759422).

Transparência Internacional – Brasil. **Metodologia:** Ranking de Transparência no Combate à COVID-19 Estados e Capitais Brasileiras. 2020. Disponível em: <<https://comunidade.transparenciainternacional.org.br/asset/89:tibr-notametodologicarankingcovid?stream=1>>. Acesso em: 16 ago. 2020.

TSE: Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais:** Eleições 2014 a 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 30 maio. 2020.

YANG, Wentao; DENG, Min; LI, Chaokui, HUANG, Jincai. Spatio-Temporal Patterns of the 2019-nCoV Epidemic at the County Level in Hubei Province, China. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v.17, n. 2563, 2020. DOI: <https://doi.org/10.3390/ijerph17072563>.

VIEIRA, Sonia Sônia. **Bioestatística:** tópicos avançados. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada. **Cad. Saúde Pública**. 2020, v. 36, n. 5. p. 1-4. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311x00068820>.



*Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.*